

**INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER
CONSELHO CONSULTIVO DO INCA
Reunião Ordinária
17/06/09**

A T A

Participantes:

Sociedades técnico-científicas:

Ângela Coe Camargo – Sociedade Brasileira de Enfermagem Oncológica – SBEO
Carlos Manoel Mendonça de Araújo – Sociedade Brasileira de Radioterapia – SBRT
Carlos Sérgio Chiattonne – Colégio Brasileiro de Hematologia - CBH
Edmur Flávio Pastorelo – Fundação Oncocentro de São Paulo – FOSP
Eduardo Linhares – Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica - SBCO
Hiram Silveira Lucas – Sociedade Brasileira de Cancerologia - SBC
José Eluf Neto - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva –
ABRASCO
José Getúlio Segalla – Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica – SBOC
Renato Melaragno – Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica

Prestadores de Serviços do SUS:

Ricardo José Curioso da Silva - ABIFCC
Luiz Antonio Negrão Dias – CMB

Ausência justificada:

Alexandre Pinto Cardoso – ABRAHUE

Gestores do SUS:

CONASS

Edmur Flávio Pastorelo

CONASEMS

Maria Eliane Vieira Gomes – COSEMS/RJ – repte.

Ministério da Saúde

Maria Inez Pordeus Gadelha – CGPAC / SAS / MS
Fernando Cóssio Martins Júnior – DAD / SE / MS
Lenildo de Moura – DASS/SVS/MS

Ausências justificadas:

CNS – Fórum de Portadores de Deficiência e Patologia
Lílian Aliche – ABRAZ

Ausência justificada:

Nildes de Oliveira Andrade – Acelbra

INCA

Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva - Diretor Geral / INCA
 Presidente / CONSINCA
 Luiz Cláudio Thuler – repte. Anke Bergman - CEDC
 Ana Ramalho - DGRAO/COAE/INCA
 Luiz Augusto Maltoni Júnior - CGTC
 José Eduardo Castro - CGGA
 Amâncio Paulino de Carvalho - CGAE
 Rosamélia Cunha - Chefe de Gabinete / Direção Gera/INCA

Diretores Unidade Assistenciais/ INCA:

Carlos Henrique Debenedito - HC IV – repte.
 Luiz Fernando da Silva Bouzas - CEMO
 Reinaldo Rondineli - HCII / INCA
 Maria Lúcia Lessa Giordani - Assistente da Direção Geral / INCA

Convidados:

Sandra G.Gomes Lima - Divisão de Farmácia / INCA
 Reinhard Braun - Divisão de Planejamento

Ausência justificada:

César Lasmar - HC III
 Paulo de Biasi Cordeiro - HCI

Convidados:

José Soares Júnior - Presidente da Sociedade Brasileira de Biologia,
 Medicina Nuclear e Imagem Molecular – SBBMM
 Eurídice de Figueiredo - Presidente da AERINCA

Dr. Santini abre a reunião, dando as boas vindas para a Sra. Lílian Alicke, da Associação de Portadores de Alzheimer, representando o Fórum Nacional de Portadores de Patologias e Deficiência

1. Aprovação da ata da reunião ordinária de 15 / 04 / 09.....**Santini**
Aprovada, sem ressalvas.

2. **INFORMES:**

2.1 Liberação de 94,5 milhões pelo Ministério da Saúde para o custeio de exames de mama e colo do útero ao longo dos próximos três anos, entrando, também em vigor o Sistema de Informação do Controle de Mama (SISMAMA).....**Amâncio Paulino de Carvalho – Coordenador Geral de Ações Estratégicas / INCA**

Dr. Amâncio menciona que o valor refere-se as ações de prevenção dos cânceres de colo do útero e da mama previstas no “Mais Saúde”. Para a liberação imediata dos recursos ainda em 2009, houve a utilização do FAEC. No 2º semestre, haverá a definição de como os recursos serão utilizados de uma forma organizada a partir do ano que vem. Verifica-se que as metas não estão sendo alcançadas, sendo que dos 26 estados, incluindo o Distrito Federal, apenas 01 município alcançou a meta . O impacto do câncer do colo do útero ainda não é conhecido e há a

necessidade de maior organização. Na região norte, há maior incidência de câncer e em crescimento. É intenção do INCA incrementar as ações de prevenção do câncer de mama e do colo do útero. Menciona a vacina contra o HPV, reconhecido pela OMS, que tem um preço elevadíssimo e que não pode ser incorporada, havendo necessidade de um profundo estudo de custo-efetividade para a nossa realidade. Menciona que também foi distribuído um resumo sobre um encontro promovido pelo INCA sobre o rastreamento do câncer de mama.

Dr. Luiz Antônio Negrão Dias menciona que foi procurado por um médico radiologista, que foi presidente do Colégio Brasileiro de Radiologia - CBR, que demonstrou a sua preocupação com a implantação muito rápida do “software”.

Dr. Santini menciona que o CBR foi parceiro no desenvolvimento do “software”. Com relação aos prazos, o Dr. Santini pede a Dra. Ana Ramalho que se manifeste.

Dra. Ana Ramalho, da Divisão de Atenção Oncológica – Conprev / INCA, menciona que em 2007 todos os estados foram treinados. Em dezembro de 2008, os coordenadores estaduais foram convocados para informar que o sistema ia ser publicado. Em março, houve a distribuição de fichas para que estivessem cientes quando da implantação do “software” (SISMAMA). Têm 03 meses para a emissão de faturas. Estão modificando a classificação para BI-RADS. Diz que o laudo foi padronizado e, certamente há uma resistência. O preço da mamografia está de acordo com o mercado.

Dr. Santini menciona que estão em um momento de mudanças do processo. Há ainda um tempo de flexibilização para a adequação. Enfatiza a importância desse aspecto para a qualidade do SUS, redirecionando os rumos, visualizando a operacionalização do sistema.

2.2 I Jornada Internacional de Citotecnologia – 12 a 14/08/09.....**Luiz Cláudio Thuler – Coordenador de Educação / CGAE / INCA**

Vão realizar a I Jornada Internacional de Citotecnologia – 12 a 14/08/09, no 8º andar, do INCA, além de um curso de atualização para os citotécnicos, com a modernização da escola de citotecnologistas, com a indicação dos alunos feita pelos estados. Regulamentação profissional, pois a partir dessa Jornada, pretende criar-se uma associação para que reivindiquem a regularização da profissão e o seu reconhecimento. Menciona que o INCA forma 15 citotécnicos por ano.

Dr. Carlos Manoel Mendonça de Araújo, Presidente da SBRT, informa que o câncer do colo do útero é uma preocupação mundial. Menciona a realização em Manchester/Inglaterra, de um fórum sobre o assunto e a Dra. Célia Viegas, médica, radioarapeuta, está representando o INCA. Trata-se de um câncer curável e que pode ser prevenido.

2.3 **Próteses convencionais para pacientes oncológicos com lesões buco-maxilo facial** – valores da tabela do SUS:

Em resposta ao Memo Gab. INCA nº292/08, encaminhando a solicitação feita no CONSINCA pela Fundação Oncocentro de São Paulo – FOSP, solicitando a criação de códigos específicos para as próteses convencionais para pacientes oncológicos com lesões buco-maxilo facial e reajustes dos

valores dos códigos já existentes, a Direção Geral do INCA recebeu o despacho 124/09 (SIPAR 25000.184472/2008-01), da Coordenação Geral de Sistemas de Informação/DRAC/SAS/MS, informando que tão logo os estudos estejam concluídos, assim como a publicação de ato normativo reajustando os valores das referidas próteses, estarão providenciando as alterações necessárias no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos – SIGTAP, informação ratificada pela Secretária de Atenção à Saúde – substituta, em 02/06/09.

- 2.4 **Declaração de Interesses** – solicitar aos conselheiros que ainda não enviaram o documento assinado, que o façam.....**Santini**
Dr. Santini considera esta medida um avanço muito grande para o CONSINCA. A maior parte dos conselheiros já enviou a “Declaração de Interesses” assinada.
- 2.5 **Novo financiamento da Caixa Econômica Federal**, liberado recentemente, para a aquisição de equipamentos de Radioterapia.....**Santini**
Dr. Aristides Maltez Filho menciona que a idéia nasceu no CONSINCA, considerando as limitações das entidades filantrópicas, com a finalidade da criação de um financiamento para a aquisição de peças de reposição, Posteriormente, progrediu para a compra de equipamentos para substituição dos equipamentos já obsoletos e da construção de casa mater. Na verdade, considera que a vitória não teve nenhum valor por dificuldades da Caixa Econômica. No momento, para as entidades filantrópicas considera que o programa é inócuo.
Dra. Inez compromete-se a recebê-lo para conversarem sobre o assunto.
3. **Diretrizes para o atendimento Radioterápico no Brasil: documento** encaminhado aos Conselheiros para discussão dos aspectos emergenciais.....**Santini**
Dr. Santini informa que o documento aprovado pelo CONSINCA foi encaminhado para a Secretaria de Atenção à Saúde, para as devidas providências.
4. **DASATINIB**.....**Inez Gadelha – Coordenadora Geral de Média e Alta Complexidade – SAS / MS (*)**
Dr. José Getúlio Segalla, presidente da SBOC, menciona que estão pagando mais do que o INCA, com um prejuízo de R\$1.300,00, por paciente.
Dra. Inez Gadelha informa sobre o aumento do preço praticado pela Empresa Bristol-Meyers Squibb, referente ao medicamento DASATINIBE, que contraria à regra do acordo estabelecido pelo Ministério da Saúde, menciona que a Secretaria de Atenção à Saúde tomou as providências cabíveis junto à empresa, e o valor de venda para os prestadores de serviços oncológicos ao SUS foi restabelecido, compatibilizando-se com os respectivos procedimentos tabelados.
5. **Medicamentos Quimioterápicos Retirados do Mercado**.....**Carlos Sérgio Chiatton**
Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia

O assunto incluído na pauta pelo Dr. Chiattonne é muito importante, porque medicamentos estão sendo retirados do mercado por serem muito baratos, até com falta de matéria prima.

Dr. Bouzas menciona que isto não acontece só com medicamentos oncológicos.

Dra. Inez sugere que se recupere documentos que foram elaborados em 2000 de negociação feitas com a FIOCRUZ.

Dr. Amâncio sugere a coordenação do INCA sobre o assunto, com a constituição de um grupo de trabalho para se fazer um levantamento da situação.

Conclusão: fazer um levantamento e apresentar na próxima reunião.

Dr. Santini recomenda que se leve os que se tem acesso imediato.

Dr. Luiz Antonio Negrão Dias menciona que não havia remédio para ser comprado e o hospital era proibido de comprar em farmácias de manipulação.

Dr. José Eduardo Castro deverá entrar em contato com o Dr. Carlos Sérgio Chiattonne, para apresentarem o assunto na próxima reunião.

Dra. Rosamélia menciona que o DASATINIB será enviado a preço menor para o INCA.

6. Assuntos gerais:

6.1 – Audiência Pública da Saúde sobre judicialização no Superior Tribunal Federal – posicionamento da SBOC..... José Getúlio Segalla

- Acesso à saúde pela constituição, até que ponto ia esse direito e a situação do gestor que estava gastando mais do que podia;
- Direito principal é o direito do paciente e a regulamentação da emenda 29 para garantir ao gestor o acesso ao orçamento;
- Mas, o paciente tem direito a tudo ?
- Baseado nesse direito constitucional, cabe ao gestor cumprir:
 - estabelecimento de protocolos (diretrizes para todos os tipos de câncer), regulando da forma que achar melhor, como por exemplo, tumores raros tratados em centros de excelência (timoma);
 - novas incorporações (política proativa), uma vez aprovado, iniciasse estudos técnicos e fármaco-econômicos para ver a viabilidade;
 - drogas que não forma aprovadas pela ANVISA – (protocolos de pesquisa em centros de pesquisa clínica – via rede de pesquisa pública. O paciente seria informado.
 - Desenvolver um esforço na área de financiamento, que a cada ano quando se discutisse o orçamento do Ministério da Saúde teriam informações sobre as pesquisas. Entidades médicas, com as lideranças das câmaras, saberem da importância e dos valores alocados. Haveria transparência e a responsabilidade da negativa seria da Câmara. Isto é feito no Canadá – forma de pressão.
 - Financiamento por um fundo do faturamento de todas as empresas farmacêuticas e as empresas de genérico não financiariam pesquisas O fundo estaria sob a responsabilidade do governo. Objetivo: garantir – prazos de validação.

Dra. Inez Gadelha menciona que foram 06 dias de discussão, com vários pontos consensuais sobre medicamentos. Como exemplo, menciona que se não é registrado e não está protocolado não tem porque o juiz liberar a prescrição. Menciona, ainda, a Ong “**Veritas**” que fez uma apresentação muito interessante. Informa que o **Dr. Alberto Beltrame** assumiu o compromisso de atualização dos protocolos e que há 76 protocolos para atualização.

Dra. Inez considera a audiência positiva e, ao seu final, houve reunião com todos os envolvidos.

Dr. Segalla enfatiza que não foi uma discussão que vá resolver a situação, mas a audiência foi para esclarecimento do judiciário. Não houve o questionamento do modelo, apenas, a necessidade de definição das diretrizes.

Dra. Inez e Dr. Beltrame – dá-se a diretriz e relaciona-se todos os tratamentos possíveis.

Dr. Maltoni menciona reunião no Ministério da Saúde para discussão de medicamentos, ocasião em que este assunto foi abordado, havendo um descompasso. A Portaria 741, artigo 19, determina que as diretrizes sejam estabelecidas.

- No nosso entendimento como havia uma defasagem na atualização dos procedimentos, os mesmos seriam encaminhados e se faria a atualização.
- O modelo é muito bom e não pode ser condenado dando maleabilidade para o tratamento e dá controle ao gestor. O importante é que:
 - sejam mantidos os procedimentos atualizados (evitando-se um “gap” muito grande)
 - de acordo com a portaria e de acordo com a revisão dos procedimentos já feitos, reassumir o grupo que trabalhou a atualização da tabela, para no prazo de dois meses, definir as diretrizes. Dividir o grupo em sub-áreas e hierarquizar o atendimento.

Dr. Amâncio parabeniza o Dr. Segalla pelo assunto oportuno. Menciona o General Kosewisk que a guerra

Tratamentos de saúde são de uma importância muito grande e constituem-se em um grave problema da nação, cabe ao poder judiciário entrar na discussão, como por exemplo, acontece no Canadá.

Viu nascer a CITEC (2005/06)

- 1) incorporação tecnológica – o que é evidência científica. O Processo é mundial. A pesquisa clínica nos países desenvolvidos já saturou por problemas de custo;
- 2) Na Oncologia, os grandes critérios não se aplicam à área. A discussão sobre o orçamento tem de ter bases concretas.
- 3) Vê dificuldade na criação do imposto.
- 4) Não adianta apenas exigir a aprovação da emenda 29. É preciso dizer em que o recurso será investido.

Dra. Inez menciona que a portaria do Ministério da Saúde que regulamentou a tabela unificada já previa a revisão. O que já começou a ser feito agora e se não tiver um impacto muito grande, será aplicada. Diz que o trabalho feito pelo INCA não foi totalmente perdido. Aconselha ao Dr. Maltoni a verificar as consultas públicas. Menciona que passou para o Dr. José Eduardo o formato dos protocolos.

Dr. Segalla:

- 1) critérios de transparência que é o que mais faz com que se entre com ações. Se a CITEC está discutindo um determinado medicamento, isto deve ser tornado público.
- 2) Financiamento de pesquisa no Ministério da Saúde: acha inviável. Considera que a criação de um imposto para a indústria farmacêutica não será mal vista porque essas indústrias não investem em pesquisa. 1% para um fundo gerido pelo governo, impedirá que as indústrias farmacêuticas direcionem só para o que interessa a elas.

Dr. José Eduardo menciona que a avaliação de resultados é fundamental e que a APAC tem uma lógica interessante, mas o diagnóstico é muito importante.

Dr. Bouzas menciona que há 03 ou 04 anos, tem tentado incluir procedimentos na tabela porque não há códigos para eles. Com a sugestão feita pelo Dr. Segalla de financiamento, concorda porque o recurso está sendo usado em diversas áreas. A indústria coloca milhões nos congressos por interesse próprio. Serviços apresentarem planilhas de custos, o que ajudaria a se ver em que está se gastando.

Dr. Santini – discussão rica conceitualmente e estrategicamente pode-se fazer um excelente trabalho.

- STF colocou um eixo no assunto da judicialização;
- CITEC – está mais bem definida dentro do Ministério da Saúde (grande avanço).

Parabeniza o Dr. Segalla pela consistência da apresentação; o fundo não deve ser apresentado como um imposto (estudar melhor a forma); orçamento – vacina HPV. Passou pela Comissão de Saúde, em que houve um deputado que deu um parecer de que não haveria aumento de custo. Enfatiza que a responsabilidade na definição do orçamento deve levar em conta o que é possível fazer. O que dá conteúdo e discutir protocolos.

Dr. Segalla menciona o uso da vacinação em massa. A indústria era totalmente favorável e ele lembrou que a vacina não evita a prevenção como o papanicolau, o uso do preservativo. Menciona que na última reunião trouxe o assunto do FAEC.

Dra. Inez enfatiza que o FAEC vai acabar e que os recursos irão para o teto fixo.

Dr. Fernando Cássio menciona que o dinheiro do FAEC foi para o teto dos estados.

Dr. Segalla menciona que o Registro de Câncer de Base de Jaú, depois de uma grande luta, foi reconhecido pelo Ministério da Saúde. Agradece publicamente o esforço de todos os que colaboraram.

6.2 – Solicitação de correções de cadastros de procedimentos de quimioterapia na tabela SUS.

Assunto já focado em item anterior.

6.3 – Atualização dos valores dos medicamentos para LMC / GIST /DASATINIB)

Idem, idem.

E, nada mais havendo, foi encerrada a reunião.

